

LEI Nº. 1.216/2025, DE 28 DE AGOSTO DE 2025. CERTIDÃO

PRESENTE CONTROL DE LA COPIA DO PRESENTE CONTROL DE TRANSFERÊNCIA DESTA PREFEITURA, NO LUGAR DE COSTUME DE ACORDO COM A LEL S.M. DO ARAGUAIA, 28 108 1000 S COSTUME DE ACORDO NO GUEIRA DUTRO CHEFE DE RECURSOS HUMANOS

DECRETO Nº 046/2025

DISPÕE SOBRE O PROVIMENTO DO CARGO DE GESTOR ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO POR MEIO DE ESCOLHA COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR, ENTRE CANDIDATOS PREVIAMENTE APROVADOS EM AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA, ESTADO

DE GOIÁS, fulcrado na competência que lhe conferem as Constituições da República e do Estado de Goiás, bem como na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL APROVOU**, e **EU**, na condição de Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:

- Art. 1º O provimento do cargo de gestor escolar no âmbito da rede municipal de ensino dar-se-á por meio de escolha, com a participação da comunidade escolar, entre candidatos previamente aprovados em avaliação de mérito e desempenho, observadas as normas estabelecidas nesta Lei.
- Art. 2º Poderão se inscrever no processo seletivo de que trata esta Lei, os profissionais do magistério público municipal que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - I Ser titular de cargo efetivo do magistério público municipal,

com estágio probatório devidamente concluído;

- II Ser portador de diploma de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia ou em área afim, desde que diretamente relacionada aos componentes curriculares da educação básica;
- III Comprovar, no mínimo, 5 (cinco) anos de experiência no exercício da docência na rede pública municipal de educação, e no mínimo, 1 (um) ano de atuação na unidade escolar em que irá se inscrever para concorrer ao cargo de Gestor Escolar;

IV – Suprimido;

- V Estar quite com as obrigações eleitorais e em pleno gozo de seus direitos políticos e civis;
- VI Não ter sido penalizado com sanção administrativa disciplinar no exercício de função pública.
- Art. 3º Estão impedidos de participar do processo seletivo os profissionais do magistério em gozo das seguintes licenças: prêmio,



capacitação, maternidade, interesse particular, aprimoramento profissional, mandato classista, ou que estejam readaptados por laudo médico.

- Art. 4º Na ausência de candidatos na unidade escolar, poderão se inscrever servidores da rede municipal de ensino, inclusive os modulados na Secretaria Municipal de Educação, desde que preencham os requisitos legais.
- Art. 5° Na ausência de qualquer interessado da rede, caberá à autoridade competente indicar servidor (a) efetivo (a) da rede municipal de ensino que atenda aos critérios exigidos.
- Art. 6° O processo seletivo para provimento do cargo ou função de gestor escolar será regulamentado por edital expedido pela Secretaria Municipal de Educação, contendo, no mínimo, as seguintes etapas:
- I Publicação do edital nas unidades escolares, com prazo mínimo de 5 (cinco) dias para inscrição;
 - II Avaliação de títulos e experiências profissionais;
- III Apresentação de plano de gestão escolar, contendo diagnóstico e proposta de intervenção pedagógica e administrativa;
- IV Consulta pública à comunidade escolar entre os candidatos aprovados na etapa de mérito e desempenho.
 - Art. 7° Suprimido;
 - §1° Suprimido;
 - §2° Suprimido:
- Art. 8° A etapa de escolha com participação da comunidade escolar consistirá na consulta à comunidade de cada unidade escolar, a ser realizada mediante votação secreta, com a participação de:
- I Professores e demais Servidores Efetivos em exercício na unidade:
- II Pais ou responsáveis legais de alunos regularmente matriculados;
- III Estudantes regularmente matriculados, com idade mínima de 10 (dez) anos completos.
- §1º Cada segmento terá peso equivalente no resultado final da escolha, sendo atribuídos 1/3 para cada grupo.
- §2º A consulta pública será realizada no mesmo dia em todas as unidades escolares.



- §3º Será considerado escolhido para o cargo o candidato mais votado, respeitada a proporcionalidade de votos entre os segmentos.
- **§4º -** Em caso de candidatura única, será exigida a obtenção de, no mínimo, 50% + 1 dos votos válidos.
- §5° Em caso de empate, será adotado como critério de desempate, sucessivamente:
 - I Suprimido;
 - II Maior pontuação no plano de gestão;
 - III Maior tempo na unidade escolar:
 - IV Major idade.
- Art. 9° A posse dos gestores escolares dependerá da assinatura de termo de compromisso com metas e responsabilidades da função, conforme indicadores de desempenho definidos pela Secretaria Municipal de Educação.
- Art. 10° O mandato do gestor escolar será de 2 (dois) anos, com início até o 10° (décimo) dia útil do ano seguinte à escolha, permitida uma recondução por igual período, sendo vedado o exercício de três mandatos consecutivos.
- §1º Durante o mandato, não poderá usufruir licenças prêmio, aprimoramento ou interesse particular.
- **§2º -** As férias poderão ser gozadas no mês de julho, mediante requerimento por escrito.
 - Art. 11 Suprimido.

Parágrafo Único - Suprimido.

- Art. 12 Cada gestor escolar poderá indicar até 2 (dois) coordenadores, escolhidos entre os profissionais do magistério efetivos lotados na unidade escolar, com experiência mínima de 2 (dois) anos.
- Art. 13 A vacância do cargo de gestor escolar ocorrerá nas seguintes hipóteses:
 - I Término do mandato:
 - II Renúncia:
 - III Falecimento;
 - IV Aposentadoria;
 - V Exoneração;



VI - Demissão.

Art. 14 - A exoneração poderá ser determinada nas seguintes hipóteses:

I – Infração administrativa apurada:

II - Condenação judicial transitada em julgado;

III - Descumprimento do plano de gestão;

IV – Irregularidades na prestação de contas, mediante advertência reiterada;

V - Impedimento legal para movimentar contas bancárias.

Art. 15 - Em caso de vacância do cargo ou função de gestor escolar antes do término do mandato, a Secretaria Municipal de Educação designará, em caráter excepcional e temporário, um servidor da rede municipal de ensino que atenda aos critérios do art. 2º desta Lei, até que novo processo seletivo seja realizado ou até o término do mandato em curso, conforme avaliação da Administração.

Art. 16 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação com o apoio do Conselho Municipal de Educação.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as disposições da Lei Municipal nº. 954/2019, de 12 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito de São Miguel do Araguaia, Estado de Goiás, aos 28 de Agosto de 2025.

Documento assinado digitalmente

JERONYMO JOSE DE SIQUEIRA NETO
Data: 28/08/2025 15:45:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JERONYMO JOSÉ DE SIQUEIRA NETO Prefeito de São Miguel do Araguaia